

# GEOGRAFIA POLÍTICA

## Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:  
Daniel A. de Azevedo  
Ricardo Nogueira



caliandra



Org:  
Daniel A. de Azevedo  
Ricardo Nogueira

Geografia Política:  
Base Conceitual e  
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do  
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto  
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González  
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo  
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1  
Local: Brasília  
Editor: Selo Caliandra  
Ano: 2023

Equipe Técnica  
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt  
Capa: Luiz H S Cella  
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações  
Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF  
Contato: (61) 3107-7371  
Site: [caliandra.ich.unb.br](http://caliandra.ich.unb.br)  
E-mail: [caliandra@unb.br](mailto:caliandra@unb.br)



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International  
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



## Conselho Editorial

### Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

### Membros externos:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

### Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

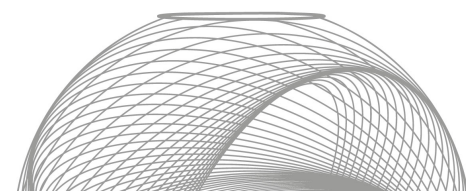
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.  
447 p. : il.

Inclui bibliografia.  
Modo de acesso: World Wide Web:  
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.  
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

# GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



# GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA  
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

## ÍNDICE

<b>Prefácio.....</b>	<b>12</b>
----------------------	-----------

*Aldomar A. Rückert (UFRGS)*

<b>Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....</b>	<b>13</b>
--	-----------

*Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)*

## I. BASE CONCEITUAL

<b>Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....</b>	<b>30</b>
--	-----------

*Iná Elias de Castro (UFRJ)*

<b>Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....</b>	<b>46</b>
---	-----------

*Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)*

<b>Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....</b>	<b>66</b>
---	-----------

*Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)*

*Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)*

<b>Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....</b>	<b>75</b>
---	-----------

*Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)*

*Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)*

<b>Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica .....</b>	<b>89</b>
--	-----------

*Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)*

*Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)*

<b>Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111</b>	
--	--

*Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)*



## II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

**Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....130**

*André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)*

**Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia**

**Eleitoral.....147**

*Daniel A. de Azevedo (UnB)*

**Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das**

**Ações em um Contexto de Emergência.....174**

*Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)*

**Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o**

**Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....195**

*Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)*

**Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-**

**Americanos .....215**

*Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)*

**Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da**

**Geografia Política.....230**

*Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)*

**Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da**

**Funcionalidade.....254**

*José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)*

**Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um**

**Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....278**

*Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)*

### III. HOT SPOTS

<b>Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....</b>	<b>298</b>
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
<b>Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....</b>	<b>313</b>
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
<b>Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....</b>	<b>335</b>
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
<b>Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....</b>	<b>347</b>
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
<b>Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....</b>	<b>368</b>
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
<b>Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....</b>	<b>396</b>
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
<b>Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....</b>	<b>416</b>
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
<b>Sobre os Autores.....</b>	<b>438</b>



# PARTE III

# HOT SPOTS

^



# AMÉRICA LATINA: GEOGRAFIA POLÍTICA DAS CRISES PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA: ESTABILIDADE INSTITUCIONAL, VIÉS IDEOLÓGICO E PADRÕES TERRITORIAIS<sup>112</sup>

**Christian Fernando Scaramella**

*Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO - Argentina)*

[\*christian.scaramella@gmail.com\*](mailto:christian.scaramella@gmail.com)

## Introdução

Os processos de democratização e a formação de novas modalidades de crises presidenciais na América Latina são dimensões que, na análise da Geografia Política desta região, despertam menos interesse analítico em comparação com outras questões latino-americanas. Embora interrupções institucionais, autogolpes, golpes, *impeachment*, renúncias antecipadas, demandas sociais e/ou parlamentares para solicitar a destituição de presidentes gerem certa atenção, preocupação ou mesmo algum apoio dependendo da mudança de posicionamento ideológico entre membros da academia e os governos em questão, é necessário realizar uma abordagem que problematize esse tipo de problema no atual contexto latino-americano a partir da Geografia Política.

A característica fundamental do Estado Moderno é que ele se constitui como a primeira forma territorial de exercício do poder político, por meio do estabelecimento de limites (Sack, 1986). No território, circunscreve-se a esfera jurisdicional do poder estatal e aí se define o seu sujeito de referência política, ou seja, o *demos* (Johns-

---

112 Tradução: Daniel A. de Azevedo (UnB).

ton, 1986; Knight, 1984). Da mesma forma, no Estado territorial, os mecanismos de representação operam por meio de sistemas eleitorais, cuja implicação é que esses Estados também se configurem como territórios de representação política (Escolar, 1994; Escolar, 1995).

Nesse sentido, vinculado à noção de soberania e às modalidades de representação do demos, é imperioso perceber que, a partir do final dos anos setenta, ocorreu o que Huntington (1991) chama de terceira onda de democratização na América Latina. A democratização significou, para a maioria dos países, um conjunto de características, como pluralidade política, eleições competitivas e respeito às decisões do eleitorado. Graças a esse regime, os mecanismos formais da democracia representativa tornaram-se os meios pelos quais os conflitos são resolvidos nos sistemas políticos da região (Levitsky; Way, 2015). Tal mudança substantiva implicava que qualquer outra modalidade de acesso ao poder seria deslegitimada (Munck, 2010).

O processo de democratização materializa-se por meio de um conjunto de características, que contrastam com os traços assumidos pelos regimes políticos hegemônicos do passado. Nesse sentido, segundo Freidenberg e Saavedra Herrera (2020, p.1), sua singularidade se dá pela “regularidade na realização das eleições, a construção de órgãos autônomos de administração eleitoral [...]; a dimensão da inclusão, a ampliação dos direitos da diversidade, a capacidade de mobilização de atores e agendas excluídos e a construção de democracias paritárias”.

No entanto, como peculiaridade desta pesquisa, não se pretende alcançar um quadro interpretativo que permita estabelecer uma generalização em torno da tensão que existe na relação entre democratização e crise presidencial, mas encontrar cenários únicos que obedeceriam a efeitos contextuais que operam em várias escalas geográficas (Agnew, 1996). O resultado deste trabalho, mais do que tentar encontrar as respostas, servirá melhor para colocar questões sobre porque ocorrem crises em determinados contextos e as modalidades que assumem.

Nesse sentido, observa-se que a partir da década de 1990, há uma mutação na modalidade em que os governos democráticos se deparam com a possibilidade de ter continuidade no poder. Desse modo, as Forças Armadas ou de segurança não mais invadem as sedes do governo, impondo a derrubada do presidente e gerando descontinuidade na ordem democrática (Shugart; Carey, 1992). São os julgamentos políticos realizados pelos legisladores dos países com crise política, em geral em contexto de governo dividido, ou com facções enfrentadas dentro do partido governista, além do surgimento de ação coletiva contra o presidente, ou de processo que se retroalimenta pela confluência de ambos, que levam à destituição, à renúncia ou ao assassinato de presidentes.

Algo que é substantivo esclarecer é que nem toda crise política que afronta os poderes executivo e legislativo tem necessariamente derivações no regime democrático. Na realidade, mais do que colocar em risco as instituições democráticas, o que está em jogo é o peso relativo do poder presidencial (Pérez Liñán, 2010). Assim, os mecanismos institucionais não operam em abstrato, mas, ao contrário, operam em áreas territoriais específicas, o que nos permitiria explicar por que todas as coalizões entre poderes do Estado não têm os mesmos resultados em diferentes contextos

geográficos (Agnew, 1987; Agnew, 1996).

Portanto, este trabalho pretende realizar uma investigação sobre as crises presidenciais na América Latina, a partir dos anos oitenta, sob uma lógica comparativa, propondo uma taxonomia e uma periodização, identificando contextos territoriais e, também, dando conta das relações ideológicas e o perfil político de governos que caem devido a algum tipo de conflito institucional. Além disso, será realizada uma breve caracterização dos regimes democrático-representativos na América Latina e serão delineadas as características assumidas pelos diferentes tipos de crises presidenciais.

## Objetivos da análise sobre as crises presidenciais

Esclarecido que a atual crise política tem conotações mais relacionadas à figura presidencial, e que não tem necessariamente implicações para as instituições democráticas, passaremos a propor um conjunto de objetivos gerais:

- Caracterizar os tipos de crises presidenciais que ocorreram nos Estados territoriais da América Latina desde a terceira onda de redemocratização na década de 1980;
- Realizar uma periodização das crises presidenciais na América Latina no período indicado;
- Identificar cenários territoriais ou regionais que dêem conta das singularidades contextualizadas das crises presidenciais na América Latina a partir da década de 1980;
- Determinar se as crises presidenciais têm um viés que prejudica governos com algum tipo de perfil dentro do espectro ideológico-político;

## Considerações metodológicas

Para poder dar conta das características distintivas que as crises presidenciais assumem na América Latina, procurando classificar suas variantes, apontar mudanças ao longo do tempo em relação a elas, determinar se há singularidades nos Estados territoriais e se há algum viés que prejudiquem governos com um tipo de perfil ideológico-político, o cunho metodológico do trabalho terá uma lógica comparativa (Scokpol, 1979).

Nesse sentido, realiza-se uma análise sob a lógica do método comparativo por casos (Mahoney, 2004). As unidades de observação serão os Estados territoriais da América Latina, nos quais serão levados em conta aqueles distúrbios políticos que se transformam em crises presidenciais que implicam a queda total ou parcial do poder executivo.

A fim de esclarecer a ligação entre as crises presidenciais e o perfil ideológico de seu candidato, tentar-se-á estabelecer sua significância estatística. Para isso, será utilizada uma tabela de contingência e, para determinar se a relação é significativa, será realizado o teste qui-quadrado de Pearson. Para um nível de confiança de 95%, um coeficiente seria usado para medir o grau de associação entre as variáveis (Salvia, 1997; Bilder; Loughin, 2015).

Também será realizada uma análise sobre a implementação espacial dos tipos de crises presidenciais, além de seus padrões gerais. Em outras palavras, tentar-se-á determinar padrões contextuais atípicos que constituem quadros únicos para crises que apresentam algum traço regional e/ou territorial (Escolar, 1998).

## **Democracias representativas - poliarquias e sua relação com as crises políticas na América Latina**

O início da transição democrática na América Latina durante a década de 1980 e sua posterior consolidação na década de 1990 implicou o estabelecimento de poliarquias (Dahl, 1971; Collier; Levitsky, 1998), cuja característica distintiva desses regimes políticos é a garantia da participação cidadã por meio de processos eletivos competitivos, eleições livres e universais, pluralidade política e liberdade de expressão. Mainwaring (1993) considera que um sistema político é democrático se for baseado no sufrágio universal há pelo menos um quarto de século, com uma dinâmica de eleições abertas e competitivas e com liberdades civis garantidas. Outros autores, como Shugart e Carey (1992), definem países democráticos com base no número consecutivo de eleições abertas e competitivas. Por outro lado, Mainwaring e Shugart (1997) argumentam que em uma democracia as eleições devem ser abertas e competitivas, o sufrágio universal e os direitos de livre expressão, organização e devido processo legal. Especificamente, o presidente é eleito pelo voto popular, com mandato determinado.

Segundo Pérez Liñan (2017, p.36) “pouco mais da metade dos países do mundo hoje têm governos democráticos, um nível recorde na história da humanidade”. Para o caso particular da América Latina, Pérez Liñán e Mainwaring (2014) classificam os regimes políticos com base em quatro indicadores: (i) os poderes legislativo e executivo devem ser eleitos por meio de eleições abertas e competitivas; (ii) o corpo eleitoral deve incluir a maioria da população adulta; (iii) com base em certos princípios do liberalismo político igualitário, há proteção aos direitos civis e políticos, como liberdade de imprensa, expressão, organização, entre outros aspectos; e (iv) as autoridades eleitas devem ter o poder de exercer o poder, isto é, as políticas públicas não podem estar sob o controle, ou poder de veto, de outros atores (Tsebelis, 2006).

Após as características indicadas, que estão ligadas às poliarquias, a Figura 1 mostra as trajetórias do processo de redemocratização na América Latina ao longo do tempo. Pode-se afirmar que até o final da década de 1970 a maioria dos países latino-americanos estava sob regimes autoritários, sendo os casos da Venezuela ou Costa



Rica bastante atípicos com democracias. No início do século XXI, teria sido alcançado o máximo da onda democratizante (Huntington, 1991), com pouquíssimas configurações autoritárias, apesar da relativa importância de alguns regimes semidemocráticos. Posteriormente, um cenário qualitativamente diferente estaria se configurando, com certo avanço relativo das variantes semidemocráticas, em detrimento das democráticas competitivas (Pérez Liñán; Mainwaring, 2014; Lührmann; Lindberg, 2019).

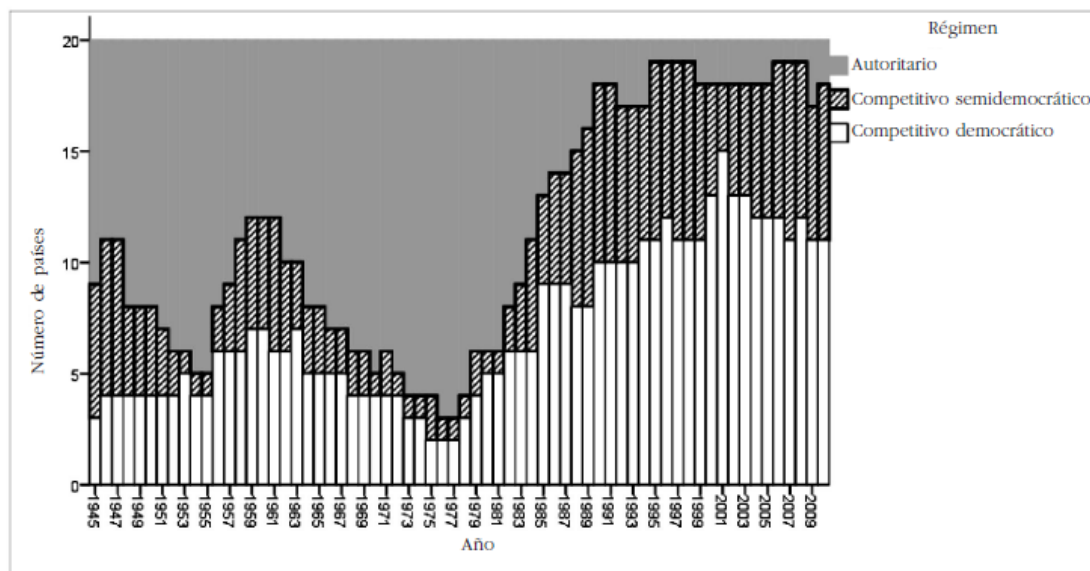


Figura 1: Evolução dos regimes democráticos representativos na América Latina (1945-2010)

Fonte: Elaborado por Pérez Liñán e Mainwaring (2014)

Conseqüentemente, em um cenário político latino-americano, caracterizado pelo processo de democratização sem que o quadro institucional esteja sob ameaça geral, embora com um relativo avanço dos regimes semidemocráticos, as crises no interior do sistema se configuram de forma diferente daquelas que costumavam ocorrer até a década de 1970. Ou seja, as crises políticas atuais geralmente giram em torno da figura do poder executivo. Quanto às suas causas, uma perspectiva considera que se deve ao tipo de relacionamento estabelecido com os legisladores, podendo afirmar que a origem das crises recorrentes se daria a partir da legitimidade representativa diferencial entre os poderes executivo e legislativo, estabilidade institucional, rigidez de seus respectivos mandatos, o estilo plebiscitário de representação presidencial e a lógica de soma zero de sua eleição (Linz, 1997; Chasqueti, 2008).

Já a partir da abordagem de Shugart e Carey (1992), propõe-se que a rigidez dos mandatos é um fator que garante estabilidade à representação política e destaca-se a legitimidade diferencial entre os poderes legislativo e executivo como mecanismo de democracia ao controle. Nesse sentido, ambas as abordagens podem dar conta de dinâmicas diferenciais cujas derivações são compatíveis com conflitos interinstitucionais que se transformam em crises presidenciais.

## Crises presidenciais: delineando sua complexidade

Em trabalho recente de Pérez Liñán (2016), aponta-se que, desde a década de 1990, a democracia na América Latina esteve livre da ameaça da irrupção das forças armadas, quebrando a ordem institucional, como aconteceu em boa parte do século XX. Nesse sentido, salvo pouquíssimos episódios, os resultados de golpes como os do Haiti em 1991 e 2004, do Equador em 2000, da Venezuela em 2002, de Honduras em 2009 e da Bolívia em 2019 são excepcionais em contextos de crise.

No entanto, as novas dinâmicas de crise política assumem outras feições, que conduzem a crises presidenciais e a sua conseqüente destituição ou, ao menos, a intenção. Nesse sentido, não implica alteração dos fundamentos dos regimes democráticos representativos. As crises ocorrem quando uma fórmula que permite resolver um conflito político e institucional entre os poderes executivo e legislativo é impossível (Mustapic, 2006).

Os processos de impeachment, como os de Cubas Grau no Paraguai, Carlos Andrés Pérez na Venezuela, Collor de Melo no Brasil e Lucio Gutiérrez no Equador, junto com os protestos contra o presidente Fernando de la Rúa na Argentina ou Carlos Sánchez de Losada e Carlos Mesa na Bolívia, que forçaram suas renúncias, teriam inaugurado uma fase de instabilidade na qual operam outras regras que não as de décadas anteriores (Pérez Liñán, 2010). Este autor sustenta que a confluência de conflitos entre os poderes executivo e legislativo, agravados em situações de governo dividido e alto grau de mobilização da sociedade frente ao presidente, são fatores que se retroalimentam e podem levar a um processo de impeachment, e conseqüente expulsão de quem chefia o poder executivo (Calvo et al., 2001).

No entanto, essas situações de governo dividido ou conflito entre Executivo e Legislativo não se traduzem linearmente em crises presidenciais. Nesse sentido, o acesso de atores radicalizados em qualquer um dos dois poderes do Estado altera os mecanismos tradicionais de negociação, dificultando soluções alternativas dentro dos marcos institucionais estabelecidos (Mainwaring; Pérez Liñán, 2013; Pérez Liñán, 2016).

No contexto de julgamentos políticos, alguma variação pode ser que os próprios presidentes renunciam a seus cargos antes de serem destituídos (Mustapic, 2006). Em situações extremas, levam a golpes, com solução institucional. Ainda mais raro, é o assassinato do presidente ou vice-presidente.

## Uma tipologia das crises presidenciais

Para delinear os traços distintivos assumidos pelas conjunturas críticas que conduzem as crises presidenciais, foi elaborada uma tipologia que considera as seguintes

variantes:

- Coups d'état – Coup d'État (das Forças Armadas e/ou da Segurança)
- Impeachment – julgamentos políticos pelos parlamentos
- Renúncia
- Assassinato

Golpes são o *modus operandi* que prevaleceu na América Latina ao longo do século XX e que caracterizou o desfecho da maioria de suas crises políticas. Implicavam a supressão das garantias constitucionais e a descontinuidade institucional. No entanto, no início da década de 1990, essa modalidade tornou-se uma exceção e resultou apenas na expulsão do poder executivo de suas funções, sem necessariamente implicar em ruptura com as demais instituições.

O impeachment é o mecanismo assumido por algumas crises políticas que conduzem a processos de julgamento político, com posterior afastamento, levados a cabo através do Parlamento. Este se constitui como o principal procedimento que tem desencadeado a queda dos poderes executivos a partir da transição e consolidação democrática. Por outro lado, a renúncia de presidentes costuma ser um resultado intimamente ligado ao impeachment iniciado pelo legislativo. Segundo Mustapic (2006, p.59) essas variantes passam a ser “a aplicação da linha sucessória de acordo com as normas legais e constitucionais”.

Eventualmente, o assassinato daqueles que chefiam o poder executivo é uma singularidade, como uma variante das crises políticas na América Latina nas últimas décadas, que pode ser reduzido a duas situações. Ao contrário de outras regiões do mundo, essa modalidade não foi imposta na América Latina.

De acordo com nossas unidades de análise voltadas para as crises presidenciais nos países latino-americanos, desde a década de 1980 até o presente, pode-se constatar que ocorreram um total de 8 golpes (Tabela 1). Cabe destacar que seis deles foram feitas contra governos do tipo socialista, socialdemocrata, centro-esquerda, esquerda e populista de esquerda (CI-I) e duas contra governos do tipo liberal, conservador, centro-direita, direita, e variantes populistas de direita (CD-D). Dois dos golpes ocorreram nos anos 80, um nos anos 90 e os cinco restantes a partir do ano 2000.

Em relação aos processos de impeachment, foram realizados sete julgamentos políticos, com arquivamento. Do total, quatro delas foram feitas contra responsáveis do poder executivo da categoria CI-I e três contra lideranças do tipo CD-D. Não há nenhum da década de 1980, dois ocorreram na década de 1990 e os cinco restantes ocorreram após o ano 2000.

Por outro lado, como mencionamos, uma variante dos processos de demissão são as renúncias. De um total de catorze, dois foram produzidos nos anos oitenta, quatro nos anos noventa e os restantes oito no novo século. Quanto ao perfil ideológico-político, dois correspondiam a lideranças do tipo CI-I e doze eram da variante CD-D. É preciso contar com uma exceção, como o caso de Raúl Alfonsín em 1989, cuja saída

do poder se deveu mais a um contexto hiperinflacionário, com crise social e econômica, na qual Carlos Menem já havia sido eleito presidente recentemente. Portanto, significava um avanço na entrega do comando. No final das contas, apenas dois assassinatos ocorreram. Em 1999 contra o vice-presidente paraguaio Luis María Argaña e, em 2017, contra o presidente haitiano Jovenel Moise, ambos posicionados no CD-D do espectro ideológico. Esses casos não correspondem a uma tendência geral ligada às crises presidenciais.

Existem várias situações que ficaram excluídas da análise neste trabalho. Nesse sentido, são consideradas apenas as crises políticas que implicaram na mudança das instâncias do Executivo nacional, ainda que o resultado tenha sido posteriormente revertido. Entre os casos não abordados, podemos citar as insurreições de grupos nacionalistas do exército (Carapintadas) e do esquerdista *Movimiento Todos por el Pueblo* contra o presidente Raúl Alfonsín da Argentina, na década de 1980, e as Carapintadas contra Carlos Menem, em 1990, ou o sequestro do presidente Febres Cordero do Equador, em 1986.

Além disso, excluem-se da análise o autogolpe de Castillo no Peru em 2022, o de Fujimori no Peru em 1992, bem como a tentativa de contragolpe do general Jaime Salinas Sedó nesse mesmo ano. Também não estão incluídas as tentativas de golpe contra o presidente Carlos Andrés Pérez na Venezuela em 1992, a primeira liderada por Hugo Chávez. Tampouco foram incluídas as revoltas contra Luis Ángel González Macchi no Paraguai, em 2000, no Equador com Rafael Correa, em 2010, ou diante do novo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2023, entre outras.

Da mesma forma, não são analisados casos de impeachment contra personalidades do poder executivo que não resultaram em destituição ou renúncia, como Luis Ángel González Macchi no Paraguai, em 2001, ou tentativa frustrada contra Ernesto Samper da Colômbia, em 1996 (Perez Linan, 2010). Menos ainda serão considerados casos de mobilização popular que não tenham implicado na queda total ou parcial de um governo – é possível citar as mobilizações contra Iván Duque na Colômbia, em 2020, Sebastián Piñera no Chile, em 2018, Daniel Ortega na Nicarágua, em 2018, Nicolás Maduro na Venezuela, em 2014 ou 2017, entre outros.

Outra variante que também não será considerada, que explica parcialmente o golpe boliviano em 2018, são os contextos que não são consistentes com o que prevê a teoria da nacionalização política (Lipset; Rokkan, 1967). Nesse sentido, as causas das crises podem ser em parte devidas à ativação de certos tipos de clivagens, não mais de tipo social. Mais especificamente, num contexto de territorialização política, a radicalização de determinadas situações poderá estar associada à existência de clivagens institucionais, cuja dinâmica se explica pelos conflitos entre o Estado central e os Estados subnacionais (Calvo; Escolar, 2005; Escolar, 2015). No entanto, a territorialização política pode ser um instrumento para estabilizar o sistema democrático, por exemplo, no caso do Brasil em 2023, quando os governadores defenderam a institucionalidade do regime.

Por outro lado, não será abordada a tensão que resulta na democracia representativa liberal devido à chegada de lideranças populistas ao poder ou ao surgimento de processos de autocratização (Peruzzotti, 2017; Lührmann; Lindberg, 2019). Embora



alguns desses regimes tenham uma fachada democrática, não é difícil encontrar nelas limitações à liberdade de expressão e à atuação de líderes da oposição, incluindo sua prisão, ou o uso massivo do aparato do Estado em favor do partido oficial (Levitsky; Ziblatt, 2018). Alguns exemplos, com características totais ou parciais, são apresentados no Peru com Fujimori durante os anos noventa, com Bolsonaro no Brasil, com Chávez e Maduro na Venezuela ou com Daniel Ortega na Nicarágua desde 2007.

**Quadro 1: Tipologia das crises presidenciais por país, segundo ideologia e ano**

Ano	País	Destinatário	Posicionamento
<b>Golpe de Estado - Coup d'État</b>			
1980	Bolivia	Lidia Gueiler	I - CI
1982	Guatemala	Fernando Romeo Lucas García	D - CD
1991	Haiti	Jean-Bertrand Aristide	I - CI
2000	Ecuador	Jamil Mahuad	D - CD
2002	Venezuela	Hugo Chávez	I - CI
2004	Haiti	Jean-Bertrand Aristide	I - CI
2009	Honduras	Manuel Zelaya	I - CI
2019	Bolivia	Evo Morales Ayma	I - CI
<b>Destituição - Impeachment</b>			
1993	Venezuela	Carlos Andrés Pérez	I - CI
1997	Ecuador	Abdalá Bucaram Ortiz	D - CD
2005	Ecuador	Lucio Gutiérrez	D - CD
2012	Paraguay	Fernando Lugo	I - CI
2016	Brasil	Dilma Rousseff	I - CI
2020	Perú	Martin Vizcarra	D - CD
2023	Perú	Pedro Castillo	I - CI
<b>Renúncia</b>			
1985	Bolivia	Hernán Siles Suazo	I - CI
1989	Argentina	Raúl Alfonsín	I - CI
1992	Brasil	Fernando Collor de Mello	D - CD
1993	Guatemala	Jorge Serrano Elías	D - CD
1996	Rep. Dominicana	Joaquín Balaguer	D - CD
1999	Paraguay	Raúl Cubas Grau	D - CD
2000	Perú	Alberto Fujimori	D - CD
2001	Argentina	Fernando de la Rúa	D - CD
2002	Argentina	Adolfo Rodríguez Saá	D - CD
2003	Bolivia	Gonzalo Sánchez de Lozada	D - CD
2005	Bolivia	Carlos Mesa	D - CD
2015	Guatemala	Otto Pérez Molina	D - CD
2018	Perú	Pedro Pablo Kuczynski	D - CD
2020	Perú	Manuel Merino	D - CD
<b>Assassinato</b>			
1999	Paraguay	Luis María Argaña	D - CD
2017	Haiti	Jovenel Moise	D - CD

Fonte: Elaboração própria com base em Mustapic (2006) e Pérez Liñan (2016)

Em síntese, podemos apontar um total de 31 crises presidenciais a partir dos anos oitenta, cuja derivação foi a mudança de autoridades políticas no Executivo. Destes, um total de dezenove afetados dirigentes de centro-direita ou direita e doze os que podem ser classificados como centro-esquerda ou esquerda.

## **Crises presidenciais: uma forma institucionalizada de limitar governos populares ou de esquerda?**

Apontada a ligação entre as crises presidenciais e o viés ideológico dos dirigentes no poder executivo, é preciso saber se a associação estabelecida, em termos gerais, é estatisticamente significativa. Ainda que não houvesse relação causal, é fundamental mensurar o seu grau, o que, segundo as evidências, não apresentaria o viés mencionado.

Pelo contrário, tanto na mídia quanto no meio acadêmico, há autores que sustentam que as diferentes modalidades de instabilidade política em torno de figuras presidenciais são prejudiciais para aquelas lideranças que costumam ser descritas como de centro-esquerda, esquerda, populares ou populistas de esquerda (Sader, 2016; Sousa Santos, 2023a; Sousa Santos, 2023b). Nesse sentido, em muitos desses expoentes prevalece a ideia de que são as forças reacionárias, de ultradireita ou neoliberais, entre outras variantes, que atentam contra a democracia por meio de golpes de estado.

Sem negar tal possibilidade, as evidências mostram que as crises presidenciais também atingem governos de direita, liberais, conservadores e populistas de direita. Portanto, seria indubitável que a compreensão do fenômeno é mais complexa e não estaria orientada para uma determinada ideologia. Consequentemente, o teste qui-quadrado de Pearson foi realizado considerando dezenove países latino-americanos com regimes democráticos ou semidemocráticos, definindo as seguintes variáveis: (i) o perfil ideológico dos governos no poder; e (ii) se houve algum tipo de crise presidencial, seja golpe, impeachment, renúncia ou assassinato. A Tabela 2 apresenta os dados com as relações entre as variáveis mencionadas. Os resultados, segundo a evidência empírica, não apresentam traços distintivos em relação às crises pautadas na orientação ideológica do poder executivo.

Quadro 2: Relação entre perfil ideológico dos governos e crises presidenciais

Crises presidenciais	Perfil ideológico		Total
	CD - D	CI - I	
Sem crises	11	9	20
Com crises	9	9	18
Total	20	18	38

Fonte: Elaboração própria com base em Mustapic (2006) e Pérez Liñan (2016)

No entanto, para validar essas considerações das evidências empíricas, com base no teste qui-quadrado para determinar a independência, ou associação, entre as variáveis analisadas, os resultados obtidos seriam conclusivos nesse sentido (Tabela 3). Um valor de significância assintótica bilateral maior que 0,758, sendo o mesmo maior que 0,05, não permitiria rejeitar a hipótese nula de independência entre a variável perfil ideológico e a crise presidencial. Em suma, a associação entre o perfil ideológico dos poderes executivos e a existência ou não de crises carece de significância estatística.

Quadro 3: Teste de qui-quadrado<sup>113</sup> da relação entre perfil ideológico dos governos e crises presidenciais

	Valor	gl	Sig. asintótica (bilateral)
Chi-cuadrado de Pearson	,095	1	,758

Fonte: Elaboração própria com base em Mustapic (2006) y Pérez Liñan (2016)

### A abordagem da Geografia Política sobre o funcionamento democrático

Nos esquemas analíticos mais comuns na Ciência Política, baseados fundamentalmente em perspectivas neoinstitucionalistas para abordar o funcionamento dos sistemas democrático-representativos e as crises presidenciais na América Latina, haveria certo viés analítico cuja intenção seria a descoberta de regularidades, isto é, encontrar mecanismos causais gerais, globais ou universais que ocorrem dentro das próprias instituições do Estado no contexto latino-americano (Evans; Rueschemeyer; Skocpol, 1985). Sem menosprezar tal pretensão, a proposta alternativa é conseguir dar conta das interrelações entre as diversas escalas sob as quais é viável analisar as crises presidenciais, ou seja, levando em conta as dinâmicas gerais, mas interrelacio-

113 Um nível de significância assintótica bilateral inferior a 0,05 permitiria rejeitar a hipótese nula de independência entre as variáveis. Com um valor mais alto, tal hipótese nula não pode ser rejeitada. Portanto, de acordo com as evidências empíricas, não haveria associação entre as variáveis analisadas.

nadas com aquelas que ocorrem em outros contextos, como os regionais ou territoriais (Paasi; Metzger, 2017).

Portanto, considerando a proposta de Agnew (1996), nossa abordagem pretende dar conta da relação entre a onda de redemocratização e a crise presidencial, mas levando em consideração diferentes escalas geográficas de influência, concentrando-se nos processos macro que ocorrem na América Latina e nos processos de mesoescala que ocorrem nos próprios Estados territoriais. Como afirma Agnew (1996, p.132), “o contexto refere-se à canalização hierárquica (e não hierárquica) do estímulo, através de níveis geográficos que produzem efeitos na política e no comportamento político”.

## Padrões territoriais de crises presidenciais

A identificação dos lugares políticos, chave para enfrentar as crises presidenciais, não só é significativa pelo peso que tem em torno dos processos de redemocratização na região, como também evidenciaria comportamentos atípicos que só poderiam ser explicados a partir de efeitos locais. Para isso, o conceito de contexto-como-lugar seria útil para criar uma ligação entre variações em grande escala e efeitos geograficamente localizados (Agnew, 1987; Agnew, 1996). Assim, procederemos à análise das diferentes dimensões que são abordadas neste trabalho, ao nível dos Estados territoriais.

Em primeiro lugar, serão analisados os tipos de crises presidenciais de acordo com os padrões territoriais desde os anos oitenta até o presente, em governos de centro-direita e de direita (Figura 3). Tomemos como exemplo as renúncias de presidentes, que constituem a principal derivação das crises para governos com esse perfil ideológico, nos quais se iniciou um processo de destituição pelo Parlamento. Destacam-se os casos do Peru, Argentina e Bolívia. Em menor escala, Brasil, República Dominicana e Paraguai. Na América Central, há apenas o caso da Guatemala. De forma menos difundida, os processos de impeachment correspondem principalmente ao Equador e ao Peru.

Com menos frequência, é possível apontar os golpes na Guatemala e no Equador e os dois assassinatos de expoentes do poder executivo, no Haiti e no Paraguai. Esses dois últimos casos são os únicos registrados na América Latina a partir da década de 80.

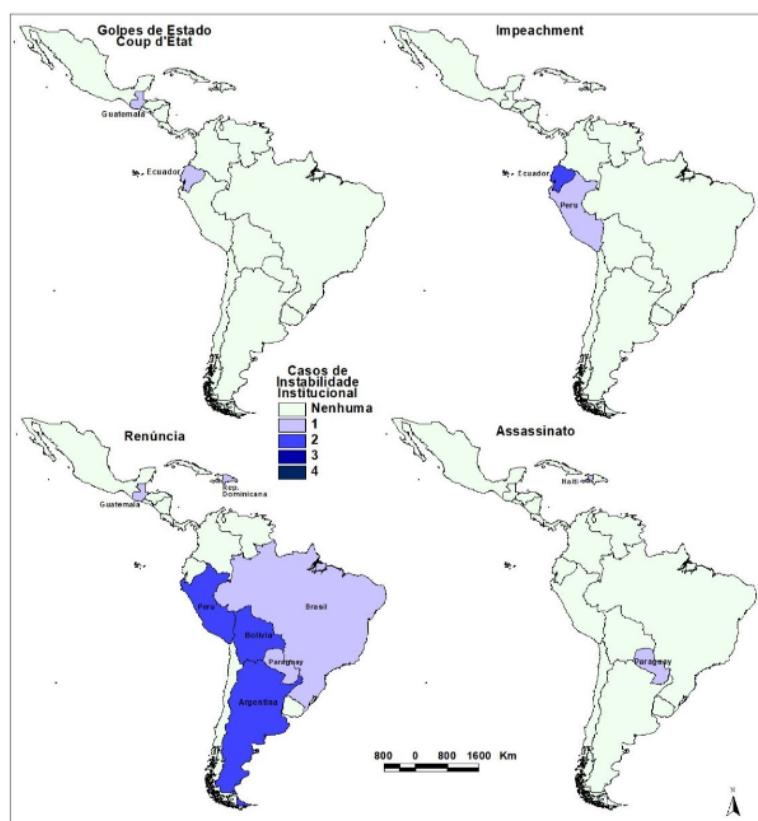


Figura 3: Tipos de crises presidenciais na América Latina em governos CD-D (1980-2023)

Fonte: Elaboração própria com base em Mustapic (2006) e Pérez Liñan (2016)

No que diz respeito aos governos de centro-esquerda e de esquerda, os tipos de crise presidencial mais frequentes são golpes de Estado e impeachment (Figura 4). No primeiro, destaca-se a Bolívia, embora haja quase quarenta anos de diferença entre os dois golpes e o caso haitiano contra Aristide. O golpe é a variante que mais afetou presidentes com esse perfil ideológico. No entanto, é necessário esclarecer que eles são poucos e distantes entre si. Com menos frequência, estão os casos da Venezuela e de Honduras, com os golpes contra Hugo Chávez e Manuel Zelaya, respectivamente.

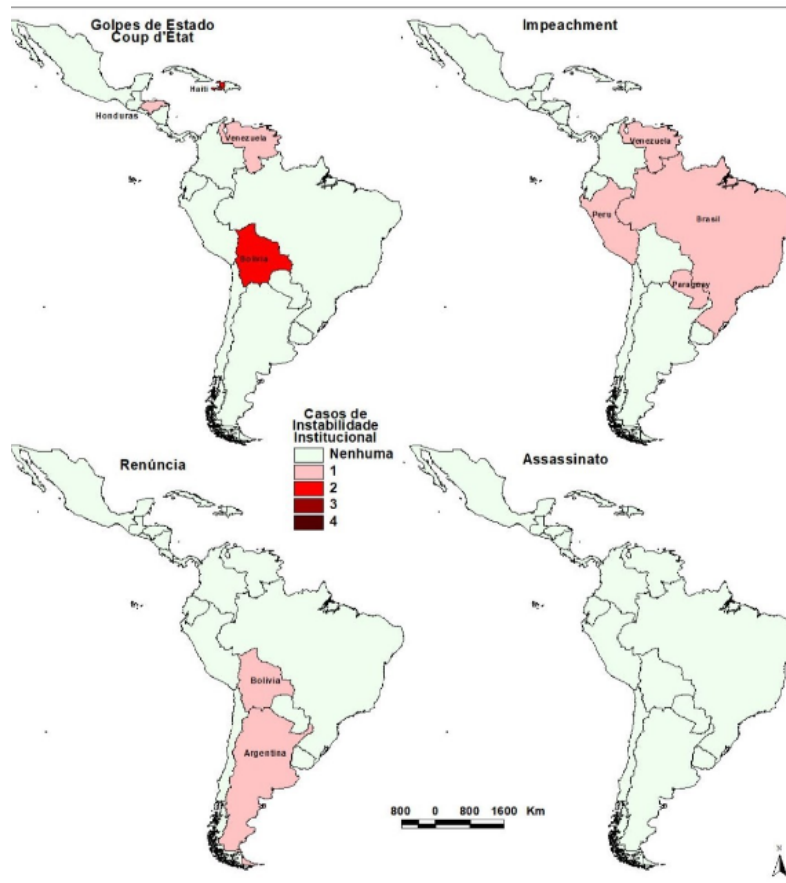


Figura 4: Tipos de crises presidenciais na América Latina em governos CI-I (1980-2023)

Fonte: Elaboração própria com base em Mustapic (2006) e Pérez Liñan (2016)

Quanto aos impeachments, afetaram Dilma Rousseff no Brasil (2016), Pedro Castillo no Peru (2022), Fernando Lugo no Paraguai (2012) e Carlos Andrés Pérez na Venezuela (1993). Esta variante está mais concentrada no norte da América do Sul. Nenhum líder político de centro-esquerda ou de esquerda foi assassinado.

Quanto às renúncias, há apenas dois casos: Alfonsín na Argentina (1983) e Suazo na Bolívia (1985). Ambos se passam na década de oitenta. Em suma, a fim de realizar uma abordagem sintética dos padrões territoriais ao longo do tempo, será realizada uma periodização comparativa das crises presidenciais, por um lado, aquelas que ocorreram até o final da década de 1990 e, por outro, as posteriores que atingiram o presente.

A Figura 5 representa as crises presidenciais entre as décadas de 1980 e 1990. De maneira geral, não haveria indícios de um quadro regionalizado concentrado no qual as crises presidenciais, segundo o perfil ideológico, tenham maior incidência.



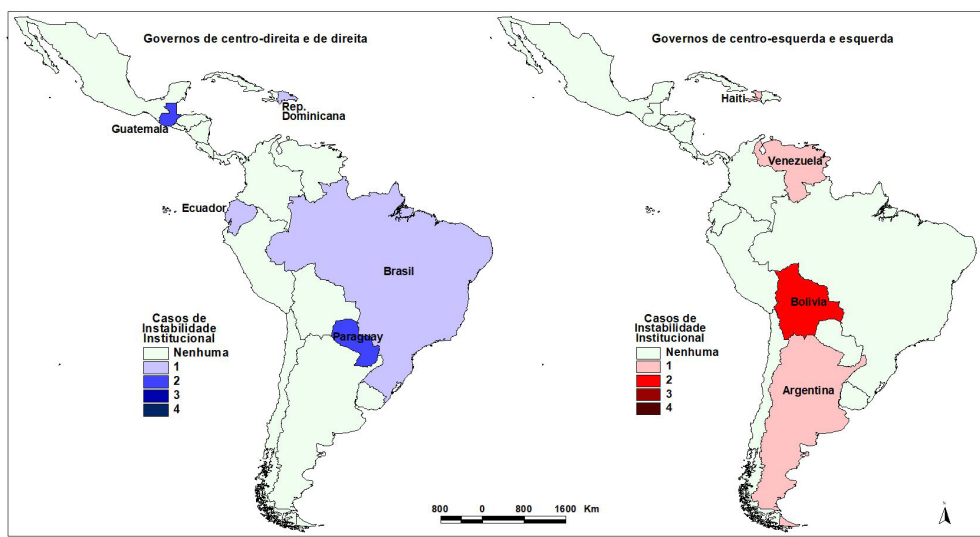


Figura 5: Crises presidenciais na América Latina segundo perfil ideológico governamental (1980-1999)

Fonte: Elaboração própria com base em Mustapic (2006) e Pérez Liñan (2016)

Os casos que apresentam maior recorrência são os da Guatemala e do Paraguai, em governos classificados como CD-D e da Bolívia como CI-I. Com menor grau de reiteração de crises, com frequência de uma para cada país, destacam-se os governos CD-D do Equador, República Dominicana e Brasil e, no que diz respeito aos governos CI-I, Venezuela, Haiti e Argentina.

Ao contrário, a configuração regional das crises presidenciais que ocorrem desde os anos 2000 até o presente difere do que foi apontado anteriormente. A Figura 6 representa as crises presidenciais, segundo o perfil ideológico dos governos, para o período de 2000 a 2023.

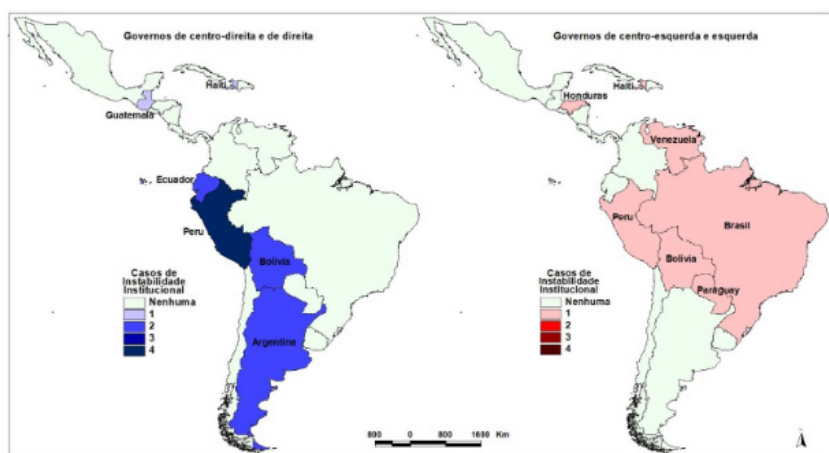


Figura 6: Crises presidenciais na América Latina segundo perfil ideológico governamental (2000-2023)

Fonte: Elaboração própria com base em Mustapic (2006) e Pérez Liñan (2016)

Nesse sentido, haveria maiores indícios de uma configuração regional muito mais deslocada para a América do Sul, para ambas as variantes ideológicas, em relação às décadas anteriores. Embora existam alguns casos na América Central, como Guatemala e Haiti com executivos do tipo CD-D e Haiti e Honduras, com presidentes do tipo CI-I, eles não são representativos da dinâmica política centro-americana.

Diferentemente disso, na América do Sul há um maior desenvolvimento de crises presidenciais para ambas as variantes do espectro ideológico. Para os governos do tipo CD-D destacam-se Equador, Peru, Bolívia e Argentina, e para os do tipo CI-I podem ser citados Brasil, Venezuela, Peru, Bolívia e Paraguai.

No entanto, haveria evidências claras de que a frequência de crises presidenciais em alguns países com governos de centro-direita e de direita é maior do que nos de centro-esquerda e esquerda. Enquanto, neste último, pode-se contabilizar uma crise em cada um dos países indicados, em países com governos do tipo CD-D a frequência é de duas (Equador, Bolívia e Argentina) ou até maior, como no caso do Peru, com quatro crises presidenciais. Portanto, podemos considerar o Peru uma situação extrema em termos de frequência de crises presidenciais.

## Considerações Finais

A atual política latino-americana, em termos institucionais, é atravessada por vários eixos analíticos. Por um lado, no que diz respeito ao seu quadro institucional, apesar de ter uma maioria de países que respondem à variante de democracias representativas de tipo liberal, existem outras modalidades que apresentam traços iliberais, autocráticos ou autoritários, tanto de esquerda como de direita política. Além disso, por outro lado, situam-se situações de crise política, que não conduzem a crises institucionais, mas se reduzem a crises de legitimidade política do poder executivo.

Da mesma forma, são poucas as crises presidenciais que conduzem a golpes de Estado e, inversamente, manifestam-se sobretudo através de processos de impeachment e renúncias, que por sua vez são o corolário de julgamentos políticos iniciados pelos parlamentos.

Quanto ao perfil ideológico, não temos evidências, com base nos casos analisados, de que as crises presidenciais respondam a algum tipo de viés que prejudique substancialmente governos de centro-esquerda/esquerda ou de centro-direita/direita. A afirmação de que existe certa propensão ideológica carece de respaldo científico. No entanto, sob a modalidade de crise presidencial que leva a golpes, embora pouco frequente, afeta fundamentalmente os governos de centro-esquerda e esquerda.

Por outro lado, as demissões atingem igualmente os governos com ambos os tipos de perfil ideológico, enquanto as demissões, categoria intimamente ligada aos processos de impeachment uma vez iniciados, têm a maior frequência de crises presidenciais, afetando principalmente a centro-direita e a direita governos. Entregar o

comando é a variante que ocorre de forma mais repetitiva.

Nos anos do início da onda de redemocratização até o final da década de 1990, não há um padrão de tipo territorial no que diz respeito às crises presidenciais. Alguns países em particular se destacam pela frequência, como Guatemala e Paraguai, com governos de centro-direita e direita, e Bolívia com governos de centro-esquerda e esquerda.

A partir do século XXI, seria evidente uma configuração territorial dos diferentes tipos de crises presidenciais, com um deslocamento destas para a América do Sul. Nesse sentido, embora as crises ocorram em governos com perfis ideológicos díspares, a maioria afeta principalmente os de centro-direita e direita, em maior medida por demissões, uma vez iniciadas as crises. É necessário mencionar os casos da Bolívia, Argentina e Equador, mas fundamentalmente destacar o caso do Peru.

Nesse sentido, a irrupção de atores políticos mais radicalizados no poder executivo e/ou legislativo, de direita ou de esquerda, seria o prolegômeno de cenários de crise presidencial mais frequentes, pois diante dos conflitos político-institucionais que podem ocorrer entre os dois poderes do Estado, não houve incentivos para se chegar a acordos a fim de evitar que as crises aumentassem de intensidade. Mas também é preciso destacar que, apesar das diversas variantes dos regimes e das feições que as crises políticas assumem, as democracias representativas continuam a apresentar maior vigor em relação às formas semidemocráticas ou autoritárias.

## Referências

AGNEW, J. **Place and Politics. The geographical mediations of State and Society.** Londres. Unwing Hyman. 1987.

AGNEW, J. Mapping politics: how context counts in electoral geography. **Political Geography**, v.15, n.2., p.129-146, 1996.

BILDER, C.; LOUGHIN, T. **Analysis of categorical data with R. Boca Raton.** CRC Press – Taylor & Francis Group, 2015.

CALVO, E.; ESCOLAR, M. **La nueva política de partidos en la Argentina. Crisis política, realineamientos partidarios y reforma electoral.** Buenos Aires. Prometeo, 2005.

CALVO, M.; SWARCBERG, M.; MICOZZI, J.; LABANCA, J. Las fuentes institucionales del gobierno dividido. In: CALVO, E.; ABAL MEDINA, J (Orgs.). **El Federalismos Electoral Argentino.** Buenos Aires. EUDEBA, 2001.

CHASQUETTI, D. **Democracia, presidencialismo y partidos políticos en América Latina: Evaluando la difícil combinación.** Montevideo, Uruguay: Instituto de Ciencias Políticas, Facultad de Ciencias Políticas de la República, 2008.

COLLIER D.; LEVITSKY, S. Democracia con adjetivos. Innovación conceptual en la investigación comparativa. **Ágora**, n. 8, 1998, p.99-122, 1998.

DAHL, R. **La poliarquía**. Madrid: Tecnos, 1971.

ESCOLAR, M. Elementos históricos para una teoría de la diferenciación e integración territorial. In: CICCOLELA, P. et al (Org.). **Integración latinoamericana y territorio**. Buenos Aires, UBA-CEUR, 1994.

ESCOLAR, M. Territorios de representación y territorios representados. La mediación geográfica de la identidad y la soberanía política nacional – estatal. In: **Documento presentado a la V Reuniao de antropología do (merco) sul – Tramandaí/RS**. Grupo de Trabajo: Antropología dos estados nacionais. Brasil, 1995.

ESCOLAR, M. Lugar, contecimiento y realismo filosófico, el problema de la teoría del espacio y del tiempo. **Documents Análisis Geográfica**, v. 32, p. 71-96, 1998.

ESCOLAR, M. Nacionalización, comunidad cívica y coordinación electoral. Problemas para la integración del sistema político en Estados democráticos Multinivel. In: ESCOLAR, M.; ABAL MEDINA, J. (Org.). **Modus Vivendi. Política multinivel y estado federal en Argentina**. Buenos Aires. Prometeo, 2015.

EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Bringing the State Back In**. Cambridge, Cambridge Univ Press, 1985.

FREIDENBERG, F. Y SAAVEDRA HERRERA, C. La democracia en América Latina. **Derecho Electoral**, Segundo Semestre 2020, N° 30, 2020.

HUNTINGTON, S. **La tercera ola. La democratización a finales del siglo XX**. Barcelona. Editorial Paidós, 1991.

JOHNSTON, R. J. Placing politics. **Political Geography Quarterly**, v.5, n.4, 1986, p.63-78, 1986.

KNIGHT, D. B. Geographical perspectives on self-determination. In: TAYLOR, P. J.; HOUSE, J. W. **Political Geography: Recent Advances and Future Directions**. London: Croom Helm, 1984, p. 168-190.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Cómo mueren las democracias**. Buenos Aires: Ariel, 2018.

LEVITSKY, S.; WAY, L. The myth of democratic recession. **Journal of Democracy**, n.26, v.1, p.45-58, 2015.

LINZ, J. Democracia presidencial o parlamentaria: ¿Qué diferencia implica?”. In: LINZ, J.; VALENZUELA, A. (Orgs.). **La crisis del presidencialismo I. Perspectivas comparadas**. Madrid, España, Alianza, 1997, p.25-143.

LIPSET, S. Y ROKKAN, S. **Party Systems and Voter Alignment: Cross-National Perspectives**. New York, Free Press, 1967.

LÜHRMANN, A.; LINDBERG, S. **A third wave of autocratization is here: what is new about it?**. In: Democratization, 2019.

MAHONEY, J. Comparative Historical Methodology. **Annual Review of Sociology**, v. 30, n.1, p.81-101, 2004.

MAINWARING, S. Presidentialism, Multipartyism, and Democracy: The Difficult Combination. **Comparative Political Studies**, v. 26, n. 2, p. 198-228, 1993.

MAINWARING, S.; SHUGART, M. **Presidentialism and Democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MAINWARING, S.; PÉREZ-LIÑÁN, A. **Democracies and Dictatorships in Latin America: Emergence, Survival, and Fall**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MUNCK, G. Los orígenes y la durabilidad de las democracias en América Latina: avances y retos de una agenda de investigación. **Revista de Ciencia Política**, v.30, n.3, p.573-597, 2010.

MUSTAPIC, A. M. América Latina: las renuncias presidenciales y el papel del Congreso. **Revista De Ciencia Política**, 47, p. 55-70, 2006.

PAASI, A.; METZGER, J. Foregrounding the region. **Regional Studies**, Taylor & Francis Journals, v.51, n.1, p.19-30, 2017.

PÉREZ LIÑAN, A. **Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política en América Latina**. México. Fondo de Cultura Económica, 2010.

PÉREZ LIÑAN, A. Democracia, radicalización y agencia política en América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 11-30, 2016.

PÉREZ LIÑAN, A. ¿Podrá la democracia sobrevivir al siglo XXI?. **Nueva Sociedad**, n.267, 2017.

PÉREZ LIÑAN, A.; MAINWARING, S. La supervivencia de la democracia en América Latina (1945-2005). **Ediciones Universidad de Salamanca América Latina Hoy**, 68, p. 139-168, 2014.

PERUZZOTTI, E. El populismo como ejercicio de poder gubernamental y la amenaza de hibridación de la democracia liberal. **Revista SAAP**, v.11, n.2, p.213-225, 2017.

SACK, R. D. **Human Territoriality: Its Theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SADER, E. **El neoliberalismo es incompatible con la democracia**. Diario Contexto / Entrevistado por Héctor Bernardo, 2019. <https://www.diariocontexto.com.ar/2019/12/12/emir-sader-el-neoliberalismo-es-incompatible-con-la-democracia/>

SADER, E. **Golpe blanco en Brasil**. Diario Página 12, 2016. <https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-294600-2016-03-15.html>

SALVIA, A. **Hacia una estética plural en la investigación social**. Buenos Aires. Oficina de publicaciones del CBC-Universidad de Buenos Aires, 1997.

SCKOPOL, T. **States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SHUGART, M.; CAREY, J. **Presidents and Assemblies. Constitutional Design and**

**Electoral Dynamics.** Cambridge. Cambridge University Press, 1992.

SOUSA SANTOS, B. **Intelectual alerta de plan para sabotear gobiernos populares.** Telesur TV net, 2023a. <https://www.telesurtv.net/news/brasil-intelectual-alerta-plan-contra-gobiernos-populares-20230112-0007.html>

SOUSA SANTOS, B. **No hay que confiar en la derecha para defender la democracia.** TELAM / Entrevistado por Bernarda Llorente, 2023b. <https://www.telam.com.ar/notas/202301/616961-entrevista-bernanda-llorente-boaventura-de-sousa-santos-brasil.html>

TSEBELIS, G. **Jugadores con veto. Cómo funcionan las instituciones políticas.** México, Fondo de Cultura Económica, 2006.



# **SOBRE OS AUTORES**

## **André Roberto Martin**

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

## **Antonio Angelo Martins da Fonseca**

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

## **Bruna Brito Bastos**

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

## Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

## Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

## Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

## Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

## Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

## Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

## Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

## Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

## Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

## Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

## John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

## José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

## José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

## Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

## **Kevin Cox**

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

## **Leonardo F. Mattos**

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

## **Luís Paulo Batista da Silva**

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.



## Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

## Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

## Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

## Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

## **Paulo E. A. S. Câmara**

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

## **Rafael Winter Ribeiro**

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

## **Rejane Rodrigues**

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

## **Ricardo Nogueira**

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

## Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

## Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

## Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

## Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.